

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI PORTO ALEGRE – RS**

**SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURA
JURÍDICAS**

GERMANO ANDRÉ DOEDERLEIN SCHWARTZ

RAQUEL FABIANA LOPES SPAREMBERGER

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente **Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente **Sudeste** - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente **Nordeste** - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente **Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch UFSM – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho Unifor – Ceará

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta Fumec – Minas Gerais

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro UNOESC – Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

S678

Sociologia, antropologia e cultura jurídicas [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Germano André Doederlein Schwartz; Raquel Fabiana Lopes Sparemberger. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-756-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34



XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURA JURÍDICAS

Apresentação

Ante o processo de globalização e dos avanços da tecnologia, da compressão espaço-tempo, a questão do sujeito tornou-se mais conflitiva, em razão de o mesmo ter ficado cada vez mais solitário na solução de seus problemas. Com a crescente complexificação das sociedades dos tempos pós-modernos o sujeito sofreu inúmeras influências, que culminaram numa identidade híbrida e volúvel. Um dos fatores que mais interferiu no comportamento e nos modos de vida dos sujeitos foi a cultura do consumo e o avanço da tecnologia, que despertaram um constante e insaciável desejo de aquisição, além de necessidades artificialmente construídos pelo sistema. Esse sentimento de falta e de buscas continuamente renovadas desperta, por outro lado, a necessidade de equilíbrio e de reelaboração de conceitos com relação ao sujeito, cada vez mais dissociado de si mesmo e do outro.

Nesse sentido, os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho “Sociologia, Antropologia e Culturas Jurídicas” representam a preocupação com tais abordagens, pois aproximam-se do fenômeno jurídico por caminhos metodológicos e epistemológicos bastante distintos dos percorridos pela dogmática positivista-normativista. Pesquisas empíricas, documentais, bibliográficas, com metodologias que vão desde aproximações dialéticas até abordagens etnográficas dão o tom da abertura, da variedade e da riqueza das investigações que seguem na presente publicação.

O primeiro texto apresentado “A Desconstrução Da Diversidade Por Padrões: Ponderações Entre A Igualdade E A Diferença” de autoria de Andréia Garcia Martin e Juliana Izar Soares Da Fonseca Segalla, demonstra a importância da discussão da igualdade e da diferença nos contextos atuais, principalmente no que se refere a aplicação da ponderação desses direitos fundamentais em situações em que estes colidem ou a partir da perspectiva prática dessas categorias.

Péricles Stehmann Nunes e José Francisco Dias Da Costa Lyra no texto: “A Ruptura Democrática Na Modernidade Periférica: A Generalização Das Relações De Subintegração E Sobreintegração”, analisamos elementos teóricos dos fundamentos normativos e das condições empíricas do Estado Democrático de Direito na sociedade complexa, sob o paradigma sistêmico de Luhmann, a fim de compreender os problemas que se referem ao conceito de “acoplamento estrutural” ligados à Constituição. Visto que se trata de um modelo

teórico conceitualmente muito abrangente, analisam-se alguns de seus aspectos mais relevantes, tendo por objetivo apontar certas perspectivas básicas que viabilizem a compreensão dos novos problemas do Estado Democrático de Direito em face dos processos que se delineiam no sentido da urgência de uma promoção de inclusão social.

O Texto seguinte, de autoria de Roberta Drehmer de Miranda “A Sociologia Do Direito Entre A Reinvenção Do Alternativismo E Do Positivismo Jurídico”, a autora analisa, a partir de concepções teóricas e de várias teorias de caráter alternativo o reforço, ou, o retorno do positivismo jurídico, que nenhuma das teorias chamadas “alternativas ao positivismo” conseguiu superá-lo. Os autores Celso Marins Torres Filho e Adriano César Oliveira Nóbrega trazem a importante abordagem sobre “A Vida Privada Em Debate: Uma Análise Da Campanha "Só Tenha Os Filhos Que Puder Criar" Sob O Prisma De Michel Foucault”, o texto faz uma análise crítica relacionada a violação dos direitos fundamentais, bem como aborda a problemática da autonomia da vontade e do direito de escolha, partindo de uma reflexão teórico-prática da realidade.

O texto “Antropologia Jurídica Como Mediadora De Políticas Públicas Para Inclusão Dos Migrantes”, de autoria de Alfredo Engelmann Filho e Yduan de Oliveira May, possibilita a reflexão do papel da Antropologia e da cultura no modo de vida daqueles que aqui chegam, os imigrantes “ilegais” e “legais”, bem como analisa a necessidade de implementação de políticas públicas de recepção a estes.

O texto seguinte intitulado “As Convergências Entre O Pensamento De Boaventura De Sousa Santos E O Cenário Sociopolítico-Jurídico: Ensaio Crítico A Partir Da Obra A Gramática Do Tempo: Para Uma Cultura Política?”, de autoria de Angélica Denise Klein, faz uma reflexão sobre a obra e o pensamento de Boaventura de Sousa Santos a partir do cenário político e econômico brasileiro, refletindo, principalmente, sobre a questão do trabalho no contexto atual.

O texto seguinte “Breves Considerações Sobre A Sociedade Da Informação E Alguns De Seus Desdobramentos Contemporâneos”, dos autores Ricardo Libel Waldman e Heitor Silva De Faria, discute sobre a sociedade da informação, tendo em vista que esta seria uma representação que busca descrever o funcionamento de grande parte das sociedades contemporâneas. Este conceito reflete um momento histórico no qual a informação é a mola propulsora da produtividade econômica e das interações sociais.

Nesta linha de pensamento, a sociedade da informação, na perspectiva que utilizaremos, atua econômica e socialmente cada vez mais através de tecnologias informacionais e

comunicativas que englobariam o modo de processamento, a armazenagem e a difusão da informação por plataformas eletrônicas, exemplificativamente, computador, televisão, telefone, rádio e demais meios. A sociedade, ou seja, as pessoas utilizam as mesmas formas em suas vidas, e isso faz brotar uma estrutura social nova que reflete na sociedade de nível global e local. Roberta Camineiro Baggio e Sarah Francieli Mello Weimer, com o texto “Breves Reflexões Sobre As Possíveis Causas Da Hiperjudicialização Das Relações Sociais No Brasil” analisam na sociedade contemporânea a crescente importância do Poder Judiciário como único órgão solucionador das demandas sociais, bem como verifica-se uma evidente alteração na atribuição de suas funções.

Com o texto “Crispr E O Sistema De Tratamento De Doenças”, o autor Gabriel ZanattaTocchetto demonstra se o sistema de tratamento de doenças possui a capacidade de lidar com a reestabilização de eventual seleção positiva do uso de uma ferramenta como o CRISPR para a edição genética do genoma humano e desenvolve, por meio do método indutivo e da técnica de pesquisa bibliográfica, o sistema de tratamento de doenças em contraste o CRISPR, terminando por desconstruir o problema-hipótese, verificando que o sistema de tratamento de doenças carece de complexidade operativa, especialmente jurídica e econômica, para operar eventual seleção positiva de uma ferramenta como o CRISPR.

Já Clarice Gonçalves Pires Marques desenvolveu trabalho “Feminicídio, “Ego Conquiro” E A “Ética/Não Ética” De Guerra: Desafios Da Legislação Brasileira Em Face Da Colonialidade Do Direito” demonstra a qual medida a colonialidade, no que diz respeito à ética/não ética de guerra, contribui para o fracasso na redução do feminicídio no país. Notou-se que as estratégias de dominação/guerra e violência repercutem até a atualidade através colonialidade/colonialidade do Direito, mantendo as desigualdades de poder entre os gêneros e mesmo contando com um sistema protetivo formado pelas Leis nº 11.340/2006 e Lei nº 13.104/2015, não houve redução do genocídio feminino.

Na sequência, Bárbara Silva Costa e Thami Covatti Piaia, analisam por meio do trabalho “Globalização, Novas Tecnologias E Educação A Distância: Reflexões Sobre A Formação Jurídica De Profissionais Do Futuro”, a importância das novas pedagogias para o ensino do direito diante dos avanços tecnológicos e do ensino à distância. Com o texto “Ineficácia Ou Inadequação Interna Do Constitucionalismo Brasileiro E Teoria Decisional Administrativa Baseada No Princípio Da Integridade” o autor Tiago Ferreira Santos analisa a aplicação do princípio da integridade, de Ronald Dworkin, nas decisões administrativas.

Em “Juizado Especial Cível: É (Des) Necessária A Atuação Do Conciliador Para Construção De Um Processo Judicial Democrático?”, estudo de campo realizado pelos autores Antonio

Fernandes De Oliveira Netto e Karyne Castro Da Silva, demonstrou o papel da conciliação e do conciliador no processo judicial e seu alcance democrático para as partes. Com o texto “Proteção Da Cultura E Do Patrimônio Cultural. Um Direito A Ser Assegurado”, as autoras Daniela Carvalho Almeida Da Costa e Lucilla Menezes da Silva Ramos, demonstram a necessidade da proteção da cultura e do patrimônio cultural como um direito humano fundamental.

Já no texto “Trabalho Reprodutivo Na Ordem Neoliberal: Exploração Da Força De Trabalho Feminina E Cidadania Subalterna De Migrantes ? A Que Interessam?”, Clarissa Cecilia Ferreira Alves demonstra o papel da mulher migrante e a exploração da sua força de trabalho nos contextos atuais. Nadja Karin Pellejero e Ana Maria Correa Isquierdo apresentam o trabalho intitulado “Um Olhar Etnográfico, Espaços Alterados: Sentimentos E Expectativas De Famílias Em Processos De Remoção Em Dois Bairros Na Periferia De Rio Grande/Rs? Zona De Expansão Portuária”, e abordam uma etnografia que analisou os movimentos sociais que surgiram como formas de resistência ao processo da globalização, em esferas públicas locais, especificamente, no município de Rio Grande/RS na denominada zona de expansão portuária, tal temática tem relação com o processo de urbanização e crescimento de tal cidade, para que se pudesse melhor captar esta realidade priorizou-se a análise e coleta de entrevistas, bem como imersão nas comunidades estudadas, considerando para tanto, a necessidade de compreensão dos sentimentos e expectativas das famílias envolvidas nos processos de remoção a fim de que haja um entendimento mais aprofundado de tal situação a partir de um viés antropológico para que se possa então pensar em uma justiça social que prime pela inclusão a partir do „olhar de quem protagoniza essas vivências.

“Uma Análise Dos Conflitos De Gênero Em Casos De Denúncia Caluniosa E De Retratção Da Representação: Negociações E Estratégias” é o texto abordado pela autora Elisa Girotti Celmer, que analisa a conflitualidade presente nas relações conjugais de mulheres que realizam denúncias caluniosas contra seus companheiros por situações de violência ou que se retratam da representação. Especialmente, pretende-se desvelar os conflitos de gênero imiscuídos nesta conflitualidade. Buscou-se elucidar como tais mulheres utilizam mecanismos previstos na Lei 11.340/06 para administrarem conflitos em suas relações conjugais, no sentido de perceber que o senso comum dessas mulheres pode ser um recurso político mais amplo do que o direito penal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com técnicas de entrevistas semi-estruturadas, e análise realizada com auxílio do software NVIVO.

Por fim, o texto “Uma Observação Pragmático-Sistêmica Da Democracia Participativa Através Dos Movimentos Sociais”, de autoria de Carlos Eduardo de Oliveira Albane e Selmar José Maia, analisa o papel dos movimentos sociais para uma democracia participativa

e traz a reflexão de quais serão e quem serão os novos movimentos sociais das sociedades atuais complexas.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Prof. Dr. Germano André Doederlein Schwartz - UNILASALLE / FMU

Profa. Dra. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger - FURG

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

UM OLHAR ETNOGRÁFICO, ESPAÇOS ALTERADOS: SENTIMENTOS E EXPECTATIVAS DE FAMÍLIAS EM PROCESSOS DE REMOÇÃO EM DOIS BAIRROS NA PERIFERIA DE RIO GRANDE/RS – ZONA DE EXPANSÃO PORTUÁRIA

AN ETHNOGRAPHIC LOOK, AMENDED SPACES: FEELINGS AND EXPECTATIONS OF FAMILIES IN REMOVAL PROCESSES IN TWO NEIGHBORHOODS IN THE PERIPHERY OF RIO GRANDE / RS - PORT EXPANSION AREA

**Nadja Karin Pellejero ¹
Ana Maria Correa Isquierdo**

Resumo

O tema escolhido é uma etnografia a qual fez parte da dissertação em ciências sociais que analisou movimentos sociais que surgiram como formas de resistência ao processo da globalização, em espaços locais, em Rio Grande/RS zona de expansão portuária, tal temática tem relação com o processo de urbanização da cidade, para que se pudesse captar esta realidade priorizou-se coletar entrevistas e imergir nas comunidades, considerando a necessidade de compreensão dos sentimentos, expectativas das famílias a partir de um viés antropológico para que se possa então pensar em uma justiça social inclusiva a partir do ‘olhar’ de quem protagoniza essas vivências.

Palavras-chave: Território, Moradia, Cidadania, Redes, Pertencimento

Abstract/Resumen/Résumé

The subject of this essay refers to an analysis about an ethnography directed to housing implemented in the past few years. The spacial frame occurs in the county of Rio Grande, RS. The purpose of this the context of urban increasing of the city, considering the necessity of need to understand the feelings and expectations of the families involved in the removal processes in order to better understand this process from an anthropological bias so that one can then think of a social justice that prevails for inclusion essential to an establishment of social justice included.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Territory, Housing, Citizenship, Networking, belonging

¹ Mestre em Direito e Justiça Social (FURG), Mestre em Ciências Sociais (UFPEL)

INTRODUÇÃO

O tema escolhido refere-se a uma abordagem diferente, eis que a pesquisa etnográfica ainda é pouco utilizada na seara jurídica, tal necessidade ocorreu a partir das saídas de campo e entrevistas que realizei para concluir minha dissertação de mestrado relacionada aos movimentos sociais que surgiram como formas de resistência ao processo da globalização, em esferas públicas locais, especificamente, no município de Rio Grande/RS na denominada zona de expansão portuária no início dos processos de remoções.

No presente trabalho, este enfoque surgiu da necessidade de compreender o sentimento, a questão identitária e as relações estabelecidas entre as pessoas das comunidades que serão removidas nas desocupações sistemáticas adjacentes ao porto de Rio Grande.

O ponto de partida foi observar nas incursões a campo que grande parte dos moradores preocupa-se não somente com a “estrutura habitacional” que o poder público local oferece, mesmo porque não houve um planejamento das referidas desocupações e nem sequer foi apresentado um projeto que atendesse de forma satisfatória, às comunidades afetadas, ou seja, as discussões são fomentadas em torno de dois pontos: de um lado, as casas construídas, os barracos que ali existem e de outro, os apartamentos aglomerados (e pequenos) dispostos em conjuntos habitacionais que serão oferecidos pelo município a estas famílias.

Em nenhum momento foi discutido que muitas famílias utilizam-se de seus pátios para, por exemplo, tecer redes, limpar peixes ou também guardar e separar o “lixo” que coletam, pois há muitas que sobrevivem da pesca, da coleta de papelão e plásticos como os carroceiros, entre outros.

Identifiquei também classes trabalhadoras vinculadas á atividade portuária como: estivadores, operadores de máquinas etc. Os quais estão preocupados para onde serão removidos, devido ao problema de distância para se locomoverem, pois ali onde moram têm acesso ao porto sem necessitar de nenhum meio de transporte.

Ainda, há aqueles que se deslocam ao centro da cidade, diariamente, para prestar serviços como pedreiros, pintores e “faxinas”, outros trabalham no comércio.

Observei também, questões relacionadas à religião, pois um dos Bairros que pesquiso – Bairro Getúlio Vargas – concentra um grande número de terreiras de “umbanda”, porém pelo pouco espaço de tempo que tive para analisar tal questão, não será possível um maior aprofundamento desta situação no presente trabalho.

Notadamente, concentro minha análise em dois bairros: O Getúlio Vargas, já mencionado, e o Bairro Santa Tereza, neste último, surgiram dois fatos novos que me despertaram particular interesse, sendo que me foi relatado por moradores idosos uma rua onde havia ainda as “casas pretas” e as “casas verdes”¹ que seriam destruídas, explicaram-me que achavam que estas deveriam ser preservadas, pois foram as primeiras construídas para abrigar os obreiros que chegavam em “levas” para trabalhar na construção do porto, isto na década de 30. Impressionei-me pela clareza das idéias e informações trazidas por estes moradores, torna-se clara a noção de memória e patrimônio.

Outro fato que quero mencionar foram 03 casos de pessoas, que devido à pressão psicológica, começaram a agravar seus sintomas de pressão arterial elevada, culminando em dois ataques cardíacos e em um acidente vascular cerebral. Logo, insere-se que questões relativas à saúde também são ignoradas, um desses moradores afirmou que se sentiu mal ao chegar em casa após ter ido à prefeitura municipal saber quem poderia se cadastrar para os novos “imóveis” que seriam posteriormente oferecidos.

Neste contexto, será discutida a questão da desterritorialização e dos sujeitos envolvidos, principalmente, as classes trabalhadoras abordando questões locais e de identidade dos indivíduos que compõe tais organizações, em meio a sociedades complexas e modernas considerando as transformações ocorridas na última década, a qual tem sido direcionada ao processo de globalização. Aqui também serão abordadas significações relacionadas aos modos de vida, de ser e estar, de constituir vínculos e identidades outras formas de sociabilidade que diferentemente das concepções habitacionais pré-concebidas.

As remoções têm sido amplamente noticiadas nos meios de comunicações e por pressões das associações de bairro e seus moradores foram realizadas assembleias e audiências públicas onde se obtiveram algumas conquistas como, por exemplo, que haverá um redimensionamento da zona a ser expropriada e, ainda o tamanho e o local dos novos imóveis voltou a ser pauta de discussão.

Questionei-me em meio a esta situação, sobre como estas pessoas sentiam e percebiam as suas moradias. Não pude deixar de pensar como os laços criados, as formas de sociabilidade, suas concepções e representações sobre o habitar estariam inseridas no processo de remoção, e se este vinha desorganizá-las ou a ser complementar com outra ordem de organizações de como o ser se organiza no espaço e as suas articulações nas formas de

¹ Sobre esta questão, descobri durante as entrevistas que das casas pretas não resta mais nada e das casas verdes há ainda três em precário estado de conservação, chamou-me a atenção que todas as pessoas do bairro com quem conversei sabiam indicar onde elas estavam e ainda, tecer referências sobre o contexto e época de suas construções.

sociabilidade e as significações destas identidades sociais correlacionadas a uma noção e organização de espaço.

Há aqui pontos fundamentais a serem considerados dentro desta questão, uns seria a (des) territorialização vivida pelas pessoas pobres aqui abrangendo as classes trabalhadoras urbanas. Estas identidades são reconhecidas e formuladas pelo universo social em pauta.

Para DUARTE (1986) as definições identitárias dadas em determinada situação a partir de um valor, determinam o nível de nomeação dos agentes enfocados, sendo que tal norteia suas ações e suas relações com o mundo, tanto se consideramos a questão do enfoque “trabalho” como a significação do enfoque “pobreza” ambos relativos a uma experiência social.

Na sociedade atual, os espaços públicos surgem a partir do momento em que setores da sociedade começam a emitir opinião e juízo sobre o Estado e dão publicidade a essa opinião. Mas o espaço público, como se entende hoje, não se restringe somente a essa capacidade de emitir e tornar pública a opinião. Tal espaço se constitui hoje, como espaço político-social, normatizado ou não pelo Estado, em que o conflito social se apresenta. Os atores sociais que compõe os movimentos sociais e exercem esta participação, contribuem também, para a construção de uma nova noção de cidadania, baseada na luta pelo direito, tanto no direito à igualdade como o direito à diferença.

Estas dimensões apontam para a construção das relações e das interações entre sujeitos sociais. São as práticas sociais, o fazer cotidiano, o dia-a-dia que constroem diferentes pontos de relação entre diferentes sujeitos os quais geralmente expressam seus valores, crenças, hábitos e modo de atuação sócio-político a partir de suas interações.

Analisar a percepção do espaço local e de como é importante a reestruturação do exercício da cidadania a partir da conquista do direito a moradia como elemento chave, é concluir que este está diretamente associado ao processo de democratização do país.

1. Espaços e Territórios periféricos

Observei que, a pesquisa em territórios periféricos da cidade traz à tona a problemática da relação entre os múltiplos espaços que a integram. A “periferia” das grandes cidades encontra-se cada vez mais próxima e conectada aos núcleos urbanos dada a progressiva expansão destes em direção às áreas menos densificadas. É possível pensar que, entre estes espaços aparentemente distintos na cidade, formam-se elos estabelecendo relações particulares de dependência.

A cidade pode ser vista como um espaço essencialmente diverso e múltiplo repleto de discontinuidades, capaz de abrigar inúmeros estilos de vida, assim, na experiência de pesquisa em grandes cidades, principalmente naquelas nas quais estamos inseridos, elucida as inúmeras discontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas. VELHO (1994), ao pensar nas diferenças advindas da divisão social do trabalho, e da coexistência de numerosas tradições culturais expressas em diferentes formas de analisar o mundo, afirma que a relação entre o contexto e a elaboração de projetos é sempre mediada pela experiência, ou seja, pela elaboração simbólica da trajetória passada e da realidade presente. Sem essa elaboração da experiência não é possível projetar o futuro e com isto definir objetivos e organizar formas de procedimentos para alcançá-los. Segundo VELHO (1994. Pg. 101).

Se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetórias e biografias, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos.

Assim sendo, somente com produção de um conjunto de representações que tragam um sentido à realidade, talvez limitando a sua complexidade é que as pessoas envolvidas poderão se orientar na ordem social e atuar a partir de projetos. Nota-se, porém que o próprio contexto estabelece certos condicionamentos materiais e simbólicos que limitam as alternativas de escolhas dentro de cada contexto. Uma vez que os projetos se materializam em práticas, sua apreensão é fundamental para o estudo da ação coletiva e seus resultados.

2. Outro olhar: memória, redes sociais, identidades, trabalhadores e periferia.

A pesquisa de territórios ainda inexplorados, segundo VELHO, dentro da própria cidade envolve não somente uma situação de estranhamento, mas de descoberta de aspectos da cidade até então despercebidos, e que compõem, com outros elementos, “a forma” da cidade. Tal assertiva me veio prontamente em mente quando visitei pela primeira vez, a região de casebres que ficam na beira do cais e nos demais dias de minhas idas a campo. Não havia ainda tido um maior contato com esta parcela da população, além de vê-los sob um olhar “comum” com seus isopores pelas ruas centrais da cidade, dizendo – olha o camarão! –

enquanto os oferecem para venda, não havia eu ainda tido um contato com estas pessoas e com seu meio de vida.

Ao entrar no Bairro Santa Tereza, após encontrar-me com minha informante (cuja avó é costureira e mora no bairro há muito tempo) saímos caminhando pelo bairro, chegando ao fim de uma rua observo uma casa com redes penduradas na frente e lampiões espalhados pela pequena calçada retenho o passo e bato palmas, logo, sou recebida por duas crianças que me olham curiosas e saem correndo chamar a mãe que estava nos fundos (pátio). A seguir, se assomou por um corredor uma jovem mulher perguntando o que era, entrei alguns metros e comecei apresentando-me dizendo que realizava uma pesquisa na região explicando os motivos e etc. ela disse que eu passasse adiante e meio desconfiada perguntou se eu era da gente da “prefeitura”.

Afirmei-lhe que não, que apenas realizava uma pesquisa vinculada à universidade e que minha intenção era estudar como as pessoas ali viviam e como estava sendo trabalhado o processo da remoção e principalmente determinar as classes trabalhadoras envolvidas, as atividades que exerciam e como o “pátio” de suas casas era utilizado.

Ela me disse chamar-se Rogéria e disse ainda que auxiliava o marido a arrastar camarão, e limpar os peixes que e eles tinham até um “caique” – barquinho - no meio disso – ainda no corredor – perguntou-me se eu “achava certo” tirar as pessoas dali. Diante do meu posicionamento que não concordava com isso ela balançou a cabeça como em um gesto de afirmação e proximidade e me convidou a entrar nos “fundo”.

Nisso, senti que houve uma mudança do registro espacial no qual ela não me via mais como “gente da prefeitura” como alguém institucionalizado, embora tivesse lhe dito que era estudante, e ela com um olhar mais simpático me disse assim:

Ah! Bueno o pessoal da prefeitura e uns homens lá do porto vieram e mediram as casas, ruas que querem desmanchar, e no bairro disseram que vão nos dar um apartamento novinho, mas que é pequeno, eu não quero, nós temos 03 crianças em casa mais minha sogra, e a gente mora aqui há uns 12 anos, todo mundo se conhece na hora do aperto um vizinho ajuda o outro, e daí também como a gente trabalha e donde põe as coisas? Não vai ter nem onde estender as roupas. Dizem que vai ser desmantelado que ainda não estava bem certo pra onde a gente ia. (ROGÉRIA).

Nos fundos, notei um pátio aberto que coincidia com o pátio do outro vizinho, nesse havia alguns homens bebendo cerveja e assando linguça, uma das crianças que me recebera (filho de Rogéria) foi lá e pegou um pão com linguça e saiu sorrindo enquanto saboreava o que o vizinho lhe oferecera, no pátio onde estávamos havia uma peça, “um puxadinho” como

ela designou, onde ela se empenhava em uma pia a limpar os camarões. Após alguma conversa, pedi-lhe para fotografá-la, ela pôs as mãos no rosto e disse: - *Não! “tô muito feia” “dos camarão”, do pátio a senhora pode tirar as fotos.*

Conversamos mais um pouco e seguimos até um pequeno trapiche para ver os barquinhos, lá chegava um senhor em uma pequena embarcação, que me olhou enquanto a amarrava perguntei-lhe como estava a pesca, ele disse que o camarão “estava fraco” e que havia muito “repuxo” hoje. Perguntei-lhe se era pescador ele disse que não tinha registro, mas que se virava às vezes na pesca, porém agora sem tanta necessidade, pois com a vinda da plataforma, ele tinha alugado a casa dele que - era muito boa – para trabalhadores “de fora” e que como era sozinho foi morar na casa da irmã que tinha se separado há pouco.

Ainda me alertou que não era bom duas moças (eu e minha informante) andarem “sozinhas” por algumas ruas dali, e que de tardezinha o pessoal da “pá virada” vinha “puxar fumo” (maconha) ou “queimar pedra” (crack) no trapiche. Agradei-lhe a informação e tomei outra rua em busca das casas verdes, pois já me haviam dito que das casas pretas não havia mais nenhum resquício.

Após andar por muitas quadras, entrar em algumas vielas observando o movimento dos moradores pela região, em seguida, dobramos e cheguei a uma rua maior onde estariam tais casas, nesse espaço-tempo comecei ter a sensação que já não sabia bem por que parte do bairro estava, este sentido me fez remeter a idéia de desorientação².

A minha informante que não recordara antes exatamente, o ponto onde estavam as casas sorriu ao “reconhecê-las” e me apontou duas casas pequenas de madeira “coladas” pintadas de outra cor e mais adiante a terceira, em precário estado de conservação, fui conversar com as pessoas que nelas moravam, iniciei pelas “duas casas que estavam coladas uma na outra” em uma não havia ninguém, na segunda via a porta entreaberta e a televisão ligada na sala, surgiu uma senhora de uns 60 anos aproximadamente, com uma adolescente do lado, apresentei-me e pedi-lhe licença para tirar umas fotos dizendo-lhe que me haviam informado que estas eram as casas mais antigas da região, ela concordou e me disse que era verdade isso, e que ela não ia sair dali, que ali ela nascera que tem todos os “papéis” que comprovam que a casa é dela, me pede para aguardar, gira em meia-volta e entra apressada em sua casa, retornando alguns segundos depois com muitas folhas nas mãos, e me entrega as folhas, em mãos, dizendo assim:

² Nas palavras de Maria Helena Sant’Ana, em seu estudo de caso de uma vila em remoção: “diante do sentido da apreensão etnográfica, exploro a idéia de que conhecer um território estranho é deixar-se *desorientar* por ele antes de tentar captá-lo em um modo de representá-lo”.(pgs. 25-26).

Viu minha filha, esses documentos aqui ó, eu mostrei pro pessoal do porto e da prefeitura porque eles não vão me tirar daqui, essa casa meu pai pagou eles prometeram muita coisa, todo mês descontavam em folha lá no DEPREC³ meu pai era portuário, foi um dos primeiros a vir para cá, e ficar até morrer. Eu digo pra apartamento só vou morta. Não tem espaço para nada lá, gosto de pôr minha cadeira no pátio, ficar sossegada ver os passarinhos pousar. (DONA ROSA)

Notei em seus olhos uma grande tristeza, percebo como é mais difícil para as pessoas de mais idade saírem de suas comunidades, tal fato veio a comprovar-se na terceira casa verde que me dirigi, onde encontrei Sr. Marino um senhor de 81 anos, que diante da minha conversa após dizer que Dona Rosa me indicara falar com ele me relatou o seguinte:

Essas casas que a senhora ta perguntando foram às últimas que restaram, a minha, ainda tem um pouco da pintura original lá no canto, mas não pude arrumar ainda, o primeiro pessoal que venho trabalhar no porto é que morava aqui. Eu trabalhei no porto também moro aqui desde 34 (1934) criei meus filhos, meus netos. Esta rua aqui vai sair eles não explicaram pra quê só dizem que é pras obras. (SEU MARINO).

Conversamos por mais um bom período, me despedi e pedi para retornar outro dia, se ele poderia me receber, ele disse que gostava de uma prosa, assim segui meu percurso, por outras ruas e becos, nesse ínterim lembrava da sensação que tive de estar desorientada dentro do bairro e à medida que conversava com outros moradores, observava o entorno e mais pensava sobre aquela sensação de desorientação. Em outra visita era dia de domingo, em uma esquina fiéis evangélicos entoavam cantos e rezas dentro de uma igreja, na rua crianças andando de bicicleta e correndo.

Neste dia fui sozinha, havia um grupo de pessoas em frente a uma casa de alvenaria pedi-lhe algumas informações e me disseram que eram trabalhadores do porto, que moravam ali há pouco tempo e que não poderiam auxiliar-me muito com informações sobre o bairro.

Concluo que, na minha experiência inicial, o sentido de desorientação era o início de uma socialização e apreensão sobre os universos sociais dos bairros, os quais emergiam fragmentados em suas dimensões espaciais como um universo de cruzamentos e coexistências de diversos territórios, aos quais não teria tempo eu de direcionar um estudo mais aprofundado, mas que nem por isso, não havia deixado de senti-los.

³ DEPREC – Departamento de Rios e Canais, antiga denominação dada ao porto hoje denominado SUPRG – Superintendência do Porto de Rio Grande.

Os dois bairros que pesquiso localizam-se entre o cais a zona de operação portuária e centro da cidade com um divisor, uma zona de transição que abriga mais de três mil famílias, tendo em torno de 400 afetadas, estima-se que na prática sejam em torno de 1.200 pessoas que deverão ser removidas.

A maior concentração populacional está no - Bairro Getúlio Vargas – o qual passarei a discorrer agora, bairro estes com várias ruas principais e asfaltadas, com casas de alvenaria de todos os tamanhos e estruturas, posto de saúde, minimercados, bares e escolas em seguida saem desse “eixo principal” ruelas e becos que terminam próximo a Avenida Honório Bicalho onde se concentra o porto da cidade.

Tais locais são constituídos também de casas modestas ou casebres de madeira, sendo que nos pátios coabitam, via de regra, mais de uma família, são geralmente os filhos que constroem casas ou casebres nos fundos (assim como no Santa Tereza) após terem sua prole e companheiros em alguns casos.

No pátio ocorrem desde tarefas manuais como separar o lixo reciclado, se pensarmos nos catadores, ou confecção de redes e limpeza dos peixes em se tratando dos pescadores artesanais que ali se encontram, em menor número que na comunidade anterior mencionada, ainda há uma área na frente de uma das ruas principais onde fica um campo vazio lá pude ver carroças e cavalos pastando os quais pertencem aos moradores da região que fazem “fretes” além de utilizar-se dos animais e carroças para transportar o lixo reciclado. Estes bairros são “cortados” por uma estrada na qual circulam caminhões de cargas contêineres e mercadorias trânsito pesado, devido ao escoamento que vem e vai do porto.

Ainda, entrando no Bairro Getúlio Vargas, marco inicial de minha dissertação, observei novamente, que há espaços e vielas dentro dos próprios pátios que se entrecruzam onde os vizinhos têm fácil acesso.

Uma questão importante que emerge desta situação é que o problema enfrentado não se refere somente à moradia, e sim a uma forma de organização de vida; as comunidades são, em sua maioria, implicadas no meio de subsistência de seus moradores – pesca e porto e possuem vínculos colaborativos. Isto é uma evidencia da falta de preparo e organização da cidade. Se houvesse um planejamento ordenado das zonas centrais e periféricas da cidade, esse problema seria resolvido de outra forma sem dismantelar estas redes de interações e de solidariedade nas comunidades estudadas.

3. A imersão e a busca de significados

Assim para sentir, captar estes significados é preciso entrar, inserir-se caminhar por suas ruas e becos, visitar seus pátios, captar o modo de interação das redes de vizinhança atravessando fronteiras às vezes imperceptíveis, assim fui percebendo dentro disso, desta fragmentação a coexistência de distintas redes de solidariedade, que estavam prestes a talvez, dissolver-se diante das remoções anunciadas e da incerteza de saberem de como ficariam seus “laços” suas atividades laborais e toda estrutura de vida. Procurei uma Senhora com a qual tinha conversado informalmente, e cujo relato me sensibilizara muito, munida de um gravador lá fui na casa de Dona Ana, aposentada, que gentilmente, me convidou a entrar e enquanto me alcançava um chimarrão, assim me expôs:

Ai moça! Moro aqui no BGV (Bairro Getúlio Vargas) há mais de 40 anos, eu to assustada com isso de ter que sair daqui, têm dias que nem durmo. O pessoal fala que nesta zona é perigoso, têm assalto, ah isso tem até no “centro” né? Eu me dou com todo mundo, vi muita gente se criar aqui, sabe, eu aplico injeção, aplico pra ajudar mesmo, também furo as orelhas das crianças. E se tiver que sair tarde da noite pra fazer injeção em doente eu não tenho problema com isso, até essa gurizada que anda a toa por aí me conhece e respeita a gente. (DONA ANA).

Perguntei-lhe após mais alguma conversa, sobre seus vizinhos, pois intencionava agora, entrevistar operários, trabalhadores portuários, me disse ela que fosse à casa de Seu Cláudio que era estivador, cuja casa ficava ali perto, e que ela era muito amiga de sua esposa que por ser domingo eles faziam sempre churrasco e deveriam estar em casa.

Dirigi-me já com esta referência a outra rua cheguei a uma casa ampla com a parte de “cima” ainda em obras, fui recebida pelo próprio, que conversou comigo no portão de onde eu ouvia som de música e barulhos de conversas, após falar-lhe que Dona Ana me indicara ele pareceu ficar mais à vontade e me disse sobre o que “achava” de ter que sair dali:

É, tem pessoas que tão muito mal mesmo e querem ir, pra eles ganhar qualquer coisa tá bom. Mas quem trabalha por aqui perto e lutou, construiu suas casas tem já as suas coisas não dá! Olha ali ó o Israel, por exemplo, (apontando uma oficina mecânica) ele construiu a casa nos fundos e têm a oficina ali, ele não vai querer perder a casa e o serviço dele. Toda a vida dele tá “cravada” aqui. Eu também tô com a minha vida cravada aqui trabalho há muitos anos lá no porto, a gente fica na “feição” das escalas⁴ imagina tem dias

⁴ Refere-se ao fato de que grande parte dos trabalhadores portuários, seguindo as normas da legislação portuária possui uma carteira, um cadastro especial vinculado ao OGMO – organização gestora de mão-de-obra, o qual junto com os sindicatos de classe organiza as escalas de trabalho.

que a escala não dá e não sai o serviço. A gente responde aos chamados às 0730h da manhã, depois às 13h, às 19h e ainda têm mais outra de noite. Já pensou ter que ir e vir se não dá serviço nas primeiras, gastar ônibus e comida têm muita gente como eu, muita, que fica nessa “feição”. Também tem outros que fazem outros trabalhos, tu sai ai no Bairro sempre tem um que diz que sabe onde arrumar uma coisa para fazer, se sair daqui não tem mais conhecimento, daí fica difícil viver. Mostra sua casa e diz: E este tijolo aqui não caiu do céu, levei anos pra fazer esta casa, tenho 03 filhos colégio e tudo é gasto, o mais velho – diz isso sorrindo – entrou na faculdade esse ano. O pior é que vão nos tirar daqui e nem sabem ao certo onde vão botar a gente. Dizem que têm os apartamentos, mas eu nunca morei em gaiola e não vai ser agora que eu vou morar. (SEU CLAUDIO).

Agradeço ao Seu Cláudio à esclarecedora “entrevista” Sigo logo, meu itinerário buscando carroceiros e catadores de papéis lembrei-me de uma rua que passara antes onde em um campinho havia numerosas carroças, e alguns cavalos também, lá havia um senhor sentado à sombra de uma árvore, me aproximei perguntando sobre as carroças e animais e puxando conversa ele me olhou e respondeu já indagando se eu queria fazer algum frete. Expliquei-lhe que não, e disse-lhe que fazia entrevistas e observações sobre o problema das remoções perguntei-lhe se vivia há muito tempo ali e se trabalhava somente como carroceiro. Mendes, como disse chamar-se assim explicou:

Moro aqui há pouco tempo, tem uns 04 anos, eu a mulher e os filhos, faço carro lá no centro, fico na volta, lá no cais da cebola (antigo porto velho) sempre tem serviço, senão a gente às vezes arruma algo por aqui na volta, outras vezes na vinda depois que as lojas fecham eu pego papelão, lata e tudo que puder aproveitar a gente junta e vende tem um pessoal que está organizando uma cooperativa ali perto dos camelôs, dizem que dá bem certo. Se todo mundo colaborar, até acho que pode dar certo mesmo. O problema é que às vezes, tem espertinho que quer levar a melhor. (MENDES).

Pergunto-lhe onde é sua casa, ele me aponta uma esquina com mato capim do lado uma casinha de madeira com uma parte de alvenaria e um portão, peço-lhe para ir lá ver, ele me autoriza e me acompanha até a frente, abre o portão e passamos aos fundos.

Lá tem uma peça cheia de entulhos, papelões, garrafas pets e plásticos, muitas coisas espalhadas restos de obra mal se podia caminhar, nisso aparece pelo que percebo a sua esposa, que me olha com ar sério e pouco á vontade, tento conversar com ela, mas ela responde em monossílabos, pedi para fotografar e não fui autorizada, expliquei sobre o trabalho, mas ela foi irredutível, disse por fim que a sujeira e bagunça que estavam ali não ia servir para os

outros verem (acreditou que eu ia publicar em algum jornal) por mais que dissesse que não, decidi não insistir e nem criar nenhum tipo de desconforto para aquela família agradei e me retirei do local.

Ao lado, já em outra casa havia um pequeno muro e um galinheiro o qual consegui registrar uma imagem, constatei que também que em alguns outros pátios havia galinhas, hortas, ervas de chá, ou seja, as pessoas se utilizavam diversas formas de seus espaços físicos e territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após várias visitas nos dois bairros pesquisados, cheguei em casa e decidi começar a organizar meu material, confesso que tive muitas dificuldades, além de dúvidas relacionadas a como selecionar as informações mais importantes e pertinentes direcionadas a esta etnografia, tendo em vista a “avalanche” de informações e análises possíveis das situações vivenciadas e o pouco espaço de tempo para acompanhar as dinâmicas que ocorrem entre estas populações.

Optei por centrar-me em uma abordagem relacionada á simbologia, territórios, lugares, localizações, sociabilidade, redes, expectativas dos moradores e a significação do “pátio” que até então passou e passa despercebido pelas autoridades locais. Dou ênfase ao pátio não só como estrutura de socialização, mas sim, o observo como sendo vinculado a sobrevivência de algumas classes trabalhadoras.

Além disso, há outra questão que deveria ser pensada quanto a estas localidades, as quais por estarem próximas aos centros e locais de trabalho, possibilitando um deslocamento mais fácil sem depender de outros meios de transporte, sendo esta mais uma preocupação dos moradores durante as entrevistas.

Conclui que, a questão de espaço deve ser pensada como uma produção, uma emergência de sentidos ordenadores de realidades e possibilidades existenciais, de finalidades a partir das quais as redes sociais, os grupos e as organizações são configurados. O espaço e a existência dos seres devem assim ser tomados não como um elemento “natural”, mas sim como algo concebido, formalizado e até percebido em diferentes sentidos.

Segundo, a idéia trazida por SANT’ANA (1997):

O espaço como “representação coletiva”, exprime a maneira pela qual a “sociedade pensa as coisas de sua experiência própria”, e embora não seja universal, mas universável, faz parte das categorias que se encontram em todas as sociedades, são como as “ossaturas da inteligência” quase inseparáveis do funcionamento do nosso “espírito”. (páginas 56-57)

Tal posicionamento não implica negar que há diferentes modalidades de representações as quais variam conforme as sociedades em que se inserem. Porém aqui no contexto pesquisado, infere-se que territorializar significa organizar o mundo a partir de princípios e valores que estão presentes em um determinado espaço, mas atreladas a uma pluralidade de sentidos e de alteridades que emergem em certo tempo.

A redefinição de identidades em um dado espaço territorial perpassa nas formas de pertencer, de estar vinculado a uma situação não esquecendo de que é preciso perceber como o espaço e a territorialidade são temporalizados. A partir daí pode-se analisar as possibilidades e as ações, por exemplo, o problema das desapropriações, aglutinou, a priori, um grande número de pessoas que se organizaram e buscaram estabelecer outro vínculo, fomentados idéias e ações.

Mas, aqui também é preciso ter cuidado: o campo de ações não é somente, o resultado da mera soma de projetos e estratégias individuais e coletivas. No entendimento trazido por HALL (1999), a identidade é abordada como um elo que une o “interior” e o “exterior” formando um vínculo entre o mundo pessoal e o mundo público, contribuindo para alinhar sentimentos subjetivos com lugares objetivos no contexto social e cultural.

Ao contrário do que possa parecer em uma análise primária, a qual percebe a construção da identificação tendo como ponto de partida uma origem comum, ou um compartilhamento de características ou ideais de grupos ou pessoas, este autor amplia as discussões acerca das identidades entendendo-as como não unificadas, e sim, fragmentadas e múltiplas.

Para ele, há uma complexidade que vai além destas aparentes concepções, pois não existe uma fixação das posições identitárias, já que estas estão sempre em constante articulação, de forma que, as mesmas representam os sujeitos de acordo com um posicionamento dentro uma terminada conjuntura, mas não se pode esquecer que, mesmo assim, se entrecruzam e se mesclam. E esse entrecruzamento muitas vezes, define questões de espaço e território.

Retomo aqui, a importância do pátio como princípio da territorialização, sendo que, a possibilidade de constituição de um território, é dada pela identificação daqueles que habitam. Um pátio associando-o com seu espaço de moradia deve ser visto como uma conformação de um momento em que é possível enraizar o ser e territorializá-lo.

Há outra questão crucial que observei em quase todas as entrevistas, que é a identificação do espaço associado á aqueles com quem se mantém laços de amizade e

parentesco, proporcionando uma ampliação dos limites do mundo, trazendo sensação de familiaridade e segurança.

Qualquer ser humano possui a necessidade intrínseca de “ter onde morar”, a moradia é antes de tudo um elemento basilar da existência humana, essencial para garantir a própria sobrevivência, sendo entendida como local de descanso físico e emocional, espaço onde se tem o abrigo e a proteção contra o mundo externo, referência de acolhimento, e ainda, integração familiar. Entende-se que habitação, casa, domicílio, residência, assentamento, moradia, lar e abrigo são termos que têm em comum o fato de representarem o local em que alguém vive. Todos abrangem um plexo de interesses e necessidades básicas vocacionadas à proteção, segurança e bem-estar do morador.

O processo espacial e social de segregação urbana possui implicações diretas com o problema da moradia sendo urgente a implementação de políticas públicas que atendam a essas demandas. A busca pela efetivação do direito a moradia, direito este não somente social e sim, fundamental vem paulatinamente crescendo na seara jurídica e social, talvez devido ao grande déficit habitacional bem como a dificuldade ao acesso a uma moradia digna para grande parte da população, especialmente as que estão em situação de pobreza, e na maioria das vezes vivem em regiões periféricas e sem infra-estrutura adequada.

Tais espaços então acabam organizando-se como representações que se configuram no dispositivo imaginário das redes sociais para que haja uma orientação, uma idéia do que será o futuro que se apresenta diante de tantas dificuldades emergentes. As conceituações de redes solidárias e múltiplas referências identitárias, proporcionam um continuado encontro do sujeito, colocando as estratégias de construção de territórios no centro da articulação dos movimentos sociais, possibilitando que seja possível a formação da intersubjetividade coletiva.

O resultado e o nível de respostas aos anseios dos atores sociais dependem, em grande parte, da capacidade de “entrelaçar” os relacionamentos em redes sociais através fluxos de informação que ali passam e da capacidade de interação entre seus atores.

Para Scheren-Warren (1999, p. 137), os movimentos que buscam a construção de projetos democráticos, com compromissos direcionados à justiça social, aos direitos sociais como a moradia, por exemplo, se tornam expressivos quando têm os seguintes componentes entre suas orientações e bases de articulação: *“as culturas e a ética; o conhecimento reflexivo da ciência; as possibilidades políticas de transformação; e o compromisso com o coletivo e construção de uma estratégia pública democrática”*.

A interação de territórios, no sentido em que é aqui trazido, demonstra o resultado de amplas ações de movimentos sociais, no sentido que Scheren-Warren (1999, p. 156) chama de “projetos civilizatórios democráticos”, significando o estabelecimento de novas formas de relação entre comunidades (e seus territórios) e a sociedade civil, e ainda, entre as comunidades e o Estado.

Tais definições pressupõem um “pertencimento” que é construído pelos indivíduos e pelos grupos em um processo de constituição da identidade coletiva, na qual o ator social se vê como parte do “nós”. Isto ocorre porque existe uma tensão recíproca entre três tipos de orientações: as relativas aos fins da ação (significados que a ação tem para o ator), as relativas aos meios (possibilidades e limites da ação) e as relativas às relações com o meio (campo no qual a ação acontece).

Penso que não se deu à devida e real atenção a estes significados nem tampouco foram pensadas estas situações, o que gerou uma situação de crise, angústia e desesperança demonstrados por uma grande parte das famílias que estão sendo removidas,

É preciso sentir e observar o mundo e a sociedade como constituídos por relações sociais, redes, identidades: a visão relacional se torna tão essencial assim como os pressupostos sobre espaço e localidade. Há que se fomentar a participação popular nestes projetos obedecendo a dinâmicas sociais que devem ser vistas como fluídas e interativas dentro destes espaços urbanos que se entrecruzam e ao qual de alguma forma, todos pertencemos.

Diante do exposto, constata-se que é preciso observar o mundo e a sociedade como constituídos por identidades; a visão relacional se torna tão essencial, assim como, os pressupostos sobre espaço e localidade. Devendo-se assim considerar o direito à cidade, de forma ampla, como o exercício pleno dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Sergio. *Movimentos Sociais, Democratização e a construção de esferas públicas locais*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/> vol. 12, nº 35, fevereiro de 1997. São Paulo. Acesso em 20 de março de 2018.

DUARTE, Luis Fernando. *Da vida nervosa das classes trabalhadoras*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª.Ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Editora Loyola, 2ª ed. 2006.
- LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001
- MELUCCI, Alberto, *A invenção do presente – Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.
- MOURA Rosa. *O que é Periferia Urbana?* São Paulo: Editora Braziliense, 2006.
- ROLNIK, R. *Exclusão Territorial e Violência: O caso do Estado de São Paulo*. *Cadernos de Textos*, Belo Horizonte, v. 2, 2000.
- SANT'ANA, Maria Helena. *A lógica da habitação reciclável. A organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 1996.
- SCHARTZMANN, Simon. *Pobreza, Exclusão Social e Modernidade: Uma introdução ao mundo Contemporâneo*. São Paulo: Augurium, 2004.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.
- _____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*. In: *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1987.